



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 009/2026

### 1. OBJETO

Contratação de assinatura anual do sistema Banco de Preços, disponibilizado em ambiente web mediante acesso por login e senha, contemplando 01 licença com possibilidade de utilização por até 02 usuários, incluindo treinamento ilimitado com certificação e suporte técnico durante toda a vigência contratual, destinado a atender às necessidades do planejamento das contratações da Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de planejamento prévio das contratações públicas, visando demonstrar:

- a necessidade da contratação;
- a análise das soluções disponíveis no mercado;
- a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida;
- a estimativa preliminar de preços;
- a adequação da solução ao interesse público.

A demanda encontra-se formalizada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e está alinhada ao Plano Anual de Contratações (PAC) da Câmara Municipal.

Considerando as características da solução pretendida e a existência de fornecedor exclusivo, a contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a contratação quando houver inviabilidade de competição.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Primavera do Leste – MT realiza processos de contratação pública que exigem adequada formação do preço estimado, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A pesquisa de preços constitui etapa fundamental do planejamento das contratações, sendo necessária para:

- definição do valor estimado da contratação;
- comprovação da vantajosidade das propostas;
- fundamentação de dispensas e inexigibilidades;
- análise de exequibilidade das propostas;
- suporte a revisões e prorrogações contratuais;
- mitigação de riscos de sobrepreço ou inexecução;
- atendimento às exigências dos órgãos de controle.

Entretanto, a realização manual das pesquisas de preços apresenta limitações relevantes, tais como:

- elevado dispêndio de tempo da equipe técnica;
- dificuldade de consolidação de dados provenientes de múltiplas fontes;
- ausência de padronização metodológica;



- dificuldade de rastreabilidade das fontes consultadas;
- maior exposição a questionamentos pelos órgãos de controle.

Além disso, a legislação vigente exige que a pesquisa de preços observe metodologia adequada, transparência das informações e rastreabilidade das fontes utilizadas, conforme estabelecido nas Instruções Normativas nº 73/2020 e nº 65/2021 da SEGES/ME.

Diante desse cenário, torna-se necessária a utilização de ferramenta tecnológica especializada, capaz de automatizar a coleta e análise de dados de preços públicos, conferindo maior segurança jurídica e eficiência administrativa aos processos de contratação.

#### **4. ÁREA REQUISITANTE**

|                   |                         |
|-------------------|-------------------------|
| Área Requisitante | Responsável             |
| Setor de Compras  | Gabriele Rossatti Breda |

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A solução tecnológica a ser contratada deverá possuir funcionalidades que permitam adequada formação de preços públicos e suporte às atividades de planejamento das contratações.

Entre os requisitos mínimos destacam-se:

- acesso integral via internet mediante login e senha;
- base consolidada contendo múltiplas fontes públicas de preços;
- aplicação automática de índices de atualização monetária;
- mecanismos de filtragem por CATMAT e CATSER;
- emissão de relatórios técnicos em formatos editáveis e não editáveis;
- demonstração da metodologia estatística utilizada na formação da cesta de preços;
- registro histórico das pesquisas realizadas;
- rastreabilidade das consultas realizadas;
- consulta a atas de registro de preços e intenções de registro de preços;
- consulta a penalidades aplicadas a fornecedores;
- suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- treinamento de usuários com emissão de certificado;
- funcionalidades compatíveis com os parâmetros das IN nº 73/2020 e nº 65/2021.

#### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento técnico das alternativas disponíveis no mercado.

##### **6.1 Pesquisa manual**

A pesquisa manual apresenta limitações relevantes, como elevado tempo de execução, risco de inconsistências metodológicas e dificuldade de rastreabilidade das fontes utilizadas.

##### **6.2 Ferramentas genéricas**

Foram analisadas plataformas que disponibilizam dados públicos de contratações. Contudo, verificou-se que tais soluções geralmente não oferecem:

- consolidação automatizada de múltiplas fontes de preços;
- metodologia estruturada de formação da cesta de preços;





- geração automatizada de relatórios técnicos;
- rastreabilidade das consultas realizadas.

### **6.3 Sistema Banco de Preços**

Entre as soluções analisadas, destacou-se o Sistema Banco de Preços, que apresenta:

- ampla base de dados de contratações públicas;
- consolidação automatizada de múltiplas fontes de preços;
- atualização automática de valores;
- relatórios técnicos estruturados;
- compatibilidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021.

### **6.4 DA EXCLUSIVIDADE DA SOLUÇÃO**

Conforme documentação anexada ao processo, verifica-se que a empresa NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização do software denominado Banco de Preços em todo o território nacional, conforme certificado emitido pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES. Adicionalmente, consta Atestado de Exclusividade emitido pela Associação Comercial do Paraná – ACP, confirmando que a referida empresa é a única autorizada a comercializar a solução tecnológica denominada Banco de Preços, destinada ao apoio às atividades de pesquisa e formação de preços públicos.

O software encontra-se registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, sob nº BR512020000345-1, caracterizando proteção de propriedade intelectual.

Dessa forma, resta configurada a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **6.5 RISCOS DA NÃO CONTRATAÇÃO**

A não contratação da solução tecnológica especializada pode gerar impactos relevantes na regularidade dos processos de contratação da Administração Pública, tais como:

- aumento do tempo necessário para realização das pesquisas de preços;
- risco de inconsistências metodológicas na formação do preço estimado;
- dificuldade de rastreabilidade das fontes consultadas;
- maior exposição a questionamentos pelos órgãos de controle;
- possibilidade de formação inadequada da cesta de preços.

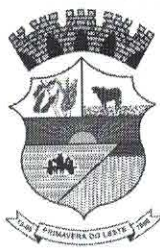
### **6.6 CONFORMIDADE COM ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

A utilização de ferramentas tecnológicas especializadas para pesquisa de preços encontra respaldo nas boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente destacado a importância da adequada formação do preço estimado como elemento essencial do planejamento das contratações públicas.

A adoção de solução tecnológica especializada contribui para:

- ampliar a confiabilidade das informações utilizadas;
- garantir rastreabilidade das fontes consultadas;
- reduzir riscos de inconsistências metodológicas;



- assegurar maior transparência na formação do preço estimado.

## 6.7 DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE ADMINISTRATIVA

A adoção da ferramenta tecnológica apresenta vantagens institucionais relevantes, tais como:

- padronização metodológica das pesquisas de preços;
- redução do tempo necessário para realização das cotações;
- maior confiabilidade das informações utilizadas;
- geração automatizada de relatórios técnicos;
- melhoria da governança das contratações públicas.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de assinatura anual da plataforma Banco de Preços, ferramenta tecnológica especializada em pesquisa e formação de preços públicos.

A solução contempla:

- 01 licença de uso do sistema;
- até 02 usuários;
- treinamento ilimitado;
- suporte técnico contínuo;
- atualização diária da base de dados.

Trata-se de serviço digital de natureza imaterial, executado integralmente em ambiente online.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

01 assinatura anual da plataforma.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR

Valor estimado: R\$ 4.638,88.

Justificativa do preço

A compatibilidade do preço foi verificada mediante análise de valores praticados junto a outros órgãos públicos, conforme documentos e notas fiscais anexadas ao processo, em conformidade com o art. 23, §4º da Lei nº 14.133/2021.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

Não se aplica parcelamento por tratar-se de licença anual única de sistema digital, cuja execução ocorre de forma integrada e indivisível.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não foram identificadas contratações correlatas.

## 12. PREVISÃO NO PAC

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações.





### **13. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- maior segurança jurídica nas contratações;
- padronização metodológica das pesquisas de preços;
- maior eficiência administrativa;
- mitigação de riscos de sobrepreço;
- fortalecimento da governança das contratações públicas.

### **14. PROVIDÊNCIAS**

- designação de fiscal do contrato;
- instrução completa do processo administrativo;
- análise jurídica prévia.

### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não há impactos ambientais diretos, tratando-se de serviço digital executado em ambiente online.

### **16. SUSTENTABILIDADE**

A contratação contribui para a digitalização dos processos administrativos e redução do uso de papel.

### **17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS**

- análise jurídica;
- verificação da disponibilidade orçamentária;
- formalização da contratação.

### **18. VIGÊNCIA**

12 meses, podendo ser prorrogada conforme a Lei nº 14.133/2021.

### **19. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Diante da análise técnica realizada, conclui-se que a contratação da assinatura anual do sistema Banco de Preços mostra-se adequada e necessária ao atendimento das demandas da Câmara Municipal.

Considerando:

- a necessidade administrativa demonstrada;
- a adequação técnica da solução;
- a exclusividade comprovada do fornecedor;
- a compatibilidade do preço com valores praticados junto a outros órgãos públicos;

recomenda-se a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

  
Gabriele Rossatti Breda

Assessor Legislativo - Portaria nº 40, de 01/ 2025

Setor de compras - Titular – Matrícula 881